

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.619 - MT (2019/0298961-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES E OUTRO
ADVOGADOS : DOUGLAS CRISTIANO ALVES LOPES - MT0156160
LEANDRO RAMON RODRIGUES LOPES - MT016540
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : VAGNER DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de VAGNER DA SILVA, apontando como autoridade coatora a Desembargadora Relatora do HC n.º 1012525-53.2019.8.11.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 19/08/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2.º, inciso VII, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e 33 da Lei n.º 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido de liminar, perante o Tribunal *a quo*. A Desembargadora Relatora indeferiu o pedido urgente (fls. 120-122).

Após parecer do Ministério Público pela concessão da ordem, a Relatora converteu o julgamento em diligência e solicitou informações complementares ao Juízo processante, a serem prestadas em 48 horas, "*quanto à efetiva localização e apreensão de entorpecentes atinentes aos fatos apurados nos Autos de nº 8815-44.2019.811.0064*" (fl. 177), e, após, indeferiu pedido de reconsideração de mencionado despacho.

Neste *writ*, os Impetrantes sustentam que houve "*evidente dilação probatória em prejuízo do Paciente, ofendendo a celeridade e o devido processo legal, além de prorrogar a prisão preventiva*" (fl. 7). Aduzem, no ponto, que não cabe, em *habeas corpus*, dilação probatória e que a solicitação de informações prolonga indevidamente a prisão.

Alegam que há nulidade na audiência de custódia, por ter sido proferida de forma oral, sem redução a termo da fundamentação da prisão.

Superior Tribunal de Justiça

Asseveram, ainda, que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva do Paciente.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente.

É o relatório inicial. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque não se verifica, *primo ictu oculi*, demora injustificada, tampouco desídia estatal na condução do *writ* originário, não se verificando, nesta análise prévia, qualquer irregularidade na solicitação de informações complementares que se mostrem úteis na formação do juízo de convencimento do Julgador.

Quanto às demais matérias, observa-se que a parte Impetrante insurge-se contra a decisão denegatória da liminar.

Ocorre, porém, que, no caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, notadamente diante do que consignou a Relatora do *writ* originário na decisão ora impugnada (fl. 121; sem grifos no original):

"Adotando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pondero que 'a ausência de transcrição dos motivos exarados oralmente para impor a prisão preventiva, por si só, não acarreta a nulidade do ato, sobretudo quando o acusado e seu defensor participaram da solenidade, pois não se verifica nenhum prejuízo ao réu em tal situação' (STJ, Habeas Corpus n. 497.619/SC, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma; data do julgamento: 16.5.2019; data da publicação: 27.5.2019).

Outrossim, compulsando perfunctoriamente os autos, verifico a presença da materialidade delitiva e dos indícios de autoria, haja vista que o paciente foi preso em flagrante delito na data de 19.8.2019, por, em tese, tentar atropelar dois agentes policiais quando da abordagem realizada, não obtendo êxito, contudo, por circunstâncias alheias à sua vontade, evidenciando, em princípio, o fumus comissi delicti exigível à decretação da medida extrema (Ids. n. 12329461 a 12329468).

Por sua vez, no que tange à ausência dos requisitos legais previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, observo que o juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva do paciente

Superior Tribunal de Justiça

visando a garantia da ordem pública, em virtude da gravidade em concreto do delito e da aparente reiteração delitiva do paciente.

*Ponderou, sob esse viés, que 'o acusado possui passagens por crimes violentos [...] o réu tem uma medida protetiva, autos 684225 da Vara de Violência Doméstica, datada de novembro de 2018, vê-se que a medida protetiva foi extinta, porém não há informação do inquérito, logo há de se conter que o inquérito ainda está tramitando, outra coisa que já foi questionado ao advogado é que existe um auto de prisão em flagrante em delito em desfavor do acusado na 2ª Vara Criminal, datado de novembro de 2017, em que foi arquivado o APF, porém, também, não há informes de que foi extinta a punibilidade do réu, portanto, como se vê, em 2017 e 2018, todo o ano o réu comete um crime novo, esse é o requisito de que o réu não consegue se portar de forma adequada, se não bastasse ainda [...] temos um crime qualificado, já que o acusado tentou contra a vida de dois policiais no uso das atribuições, **ainda temos que no momento do crime estava a se visar tráfico de entorpecentes** [...] assim sendo, ao meu sentir, existe nos autos elementos necessários para a manutenção da prisão, seja a gravidade do fato, já que o acusado atentou contra dois policiais no uso da função, os índices alarmantes de homicídio desta Cidade, bem como estar cometendo crime junto com o tráfico de entorpecentes' (decisão oral constante dos Ids. n. 12333966, 12333972 e 12333979).*

Assim, dadas as circunstâncias em que o delito fora cometido, reputo, nesta análise perfunctória da prova pré-constituída, fundamentada a decisão constritiva, que se ampara nos requisitos e pressupostos normativos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, a impedir, por ora, a submissão do paciente ao mero cumprimento de cautelares mais brandas listadas no art. 319 da Legislação Processual Penal, que não seriam suficientes para a tutela da ordem pública."

Vê-se que o decreto está fundado no **risco concreto de reiteração delitiva** – Paciente que "*possui passagens por crimes violentos*" –, bem como na **especial gravidade da conduta**, evidenciada pelo *modus operandi* dos delitos, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Ressalte-se, ainda, que "[a] jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a ausência de transcrição dos motivos exarados oralmente para impor a prisão preventiva, por si só, não acarreta a nulidade do ato, sobretudo quando o acusado e seu defensor participaram da solenidade, pois não se verifica nenhum prejuízo ao réu em tal situação. Ressalva de entendimento do Relator" (HC 497.619/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 27/05/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem para que esclareça sobre a previsão de julgamento do *habeas corpus*.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.



MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora